

CAMINHOS MOÇAMBICANOS PARA A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM MOÇAMBIQUE: NOTAS DE UMA LEITURA PSICANALÍTICA

Bóia Efraime Júnior

INTRODUÇÃO

Para mim, como psicólogo e psicoterapeuta, escrever sobre traumas colectivos, guerra e paz em Moçambique é um grande desafio e coloca-me perante a questão se será possível e aceitável partir da patologia individual e transpor os conhecimentos aqui ganhos para processos sociais. Como psicoterapeuta procuro entender os conflitos inconscientes dos meus pacientes, que se manifestam em dor e sofrimento, esperando ajudá-los a abrirem-se para outras possíveis soluções. Procuro, igualmente, compartilhar as minhas reflexões e oposição não só ao uso da violência e da guerra, como também à promoção da banalização da guerra e destruição de vidas humanas. Isto é, por um lado, parte do compromisso ético da psicologia¹ e da psicanálise e, por outro, uma tentativa de transpor conhecimentos ganhos no domínio da patologia individual para a social.

Particularmente no trabalho com as ex-crianças-soldado,² realizado entre 1994 e 2001, na Ilha Josina Machel, na província de Maputo, em Mandhakazi, na província de Gaza e em Muecate, na província de Nampula, tive de suportar, com os meus pacientes, muito luto e sentimentos de impotência. A elaboração das memórias traumáticas dos meus pacientes não se referia apenas à sua realidade interior, mas também à realidade

¹ Extracto da Moção de Apoio à Paz em Moçambique aprovada no IV Seminário Internacional de Psicologia nos Países de Língua Portuguesa – Psi-PLP: “Os psicólogos da Psi-PLP reunidos no IV Seminário Internacional de Psicologia nos Países de Língua portuguesa, na cidade do Lubango, República de Angola, no dia 5 de Dezembro de 2013, apelam ao governo de Moçambique e aos Dirigentes da Renamo a assumirem posturas de manutenção da Paz e primando pelo diálogo permanente para ultrapassarem o conflito armado e respeitarem as suas diferenças para a consolidação da Democracia.”

² Este trabalho foi inicialmente apresentado pela Associação Moçambicana de Saúde Pública, AMOSAPU, e posteriormente pela Associação Reconstruindo a Esperança, ARES.

exterior. A realidade exterior continuava sendo marcada pela dor, medo e incerteza em relação ao futuro, particularmente na manutenção da paz. Havia também uma revitimização das vítimas da guerra, devido à negação do reconhecimento social pelas atrocidades sofridas. Em alguns momentos, como em 1999, a Frelimo e a Renamo juntaram-se recusando também a existência de ex-crianças-soldado, quando aprovaram a Lei do Serviço Militar, sem excluir aqueles cidadãos que, como crianças, haviam sido forçados a participar nos exércitos da Frelimo e da Renamo durante o conflito armado.

Em 2013, o diálogo político em Moçambique entre a Frelimo e a Renamo foi substituído pelo clamor das armas. O trauma colectivo não elaborado da guerra civil é reacendido. A banalização da violência dirigida contra o Outro, a morte de vidas cheias de esperança na estrada nacional, o recurso à violência de Estado para manietar opositores políticos afectam ou mesmo destroem os laços emocionais que criam a coesão entre os moçambicanos, eliminam a perspectiva e previsibilidade em relação ao futuro ou criam uma perspectiva pessimista para o futuro. O recurso à violência e à morte de outros homens para atingir ganhos políticos volta a ser aceite e até justificado como instrumento para solução de diferenças políticas. A Renamo usa a guerra para promover a despartidarização do Estado e das Forças de Defesa e Segurança (FDS) e a paridade na Comissão Nacional de Eleições (CNE) ameaçando inclusive dividir Moçambique em dois Estados, um sob seu controlo e outro sob controlo da Frelimo (Renamo, 2012). A Frelimo, por sua vez, justifica o uso da guerra como necessidade de estender o poder do Estado a todas as zonas do país e manutenção do princípio da proporcionalidade nas instituições eleitorais (Guebuza, 2013).

Na primeira parte deste artigo vou retomar um texto de Freud (1976a), produzido na sua troca de correspondência com Albert Einstein e intitulado “Porquê a guerra?”. Na segunda parte do artigo irei usar a teoria do trauma e as experiências ganhas no trabalho em Moçambique com ex-crianças-soldados como referencial para entender o conflito político-militar entre a Frelimo e a Renamo.

PAZ E GUERRA

Em Setembro de 1932, Freud respondeu a uma carta de Einstein, na qual este questionava se “existe alguma forma de livrar a humanidade da guerra?” (Ventura & Seitenfus, 2005, pag. 21). Segundo Einstein, as razões da guerra entre as nações eram “o intenso desejo de poder” (Ventura & Seitenfus, 2005, p. 23) por parte da classe dominante aliado aos interesses de uma minoria que, “indiferentes às condições e aos

controles sociais, consideram a guerra, a fabricação e venda de armas simplesmente como uma oportunidade de expandir seus interesses pessoais e ampliar a sua autoridade pessoal” (Ventura & Seitenfus, 2005, p 24). Einstein questionava-se: “como é possível a essa pequena súcia dobrar a vontade da maioria, que se resigna a perder e a sofrer com uma situação de guerra, a serviço da ambição de poucos? (ao falar em maioria, não excludo os soldados, de todas as graduações, que escolheram a guerra como profissão, na crença de que estejam servindo à defesa dos mais altos interesses de sua raça e de que o ataque seja, muitas vezes, o melhor meio de defesa)” (Ventura & Seitenfus, 2005, p. 24).

Para Freud (1976a) havia um “mal-estar” rondando a civilização, importava uma maior compreensão da relação entre direito e violência, pulsão e cultura. Freud referiu-se ao facto de a guerra ser uma forma muito comum entre a espécie humana de resolver os seus conflitos de interesses. O objectivo final da guerra é forçar “a outra facção a abandonar as suas pretensões ou suas objecções, por causa do dano que lhe havia sido infligido e pelo desmantelamento de sua força” (idem, p. 31).

Estas reflexões de Freud parecem até aos presentes dias manter a sua veracidade. Em Moçambique, o recurso à violência e à guerra continua sendo uma forma de fazer política, uma continuação da política. Freud repudiava a guerra e acreditava que, com o avançar da civilização, a força e o debate das ideias substituiria a força bruta. Ele argumentava que “as modificações psíquicas que acompanham o processo de civilização são notórias e inequívocas. Consistem num progressivo deslocamento dos fins instintivos e numa limitação imposta aos impulsos instintivos. Sensações que para os nossos ancestrais eram agradáveis, tornaram-se indiferentes ou até mesmo intoleráveis para nós” (idem, p. 46).

Em Moçambique multiplicam-se as vozes no seio da sociedade manifestando o seu “mal-estar” e rejeição da guerra como solução para diferenças políticas entre a Frelimo e a Renamo. A imprecisão semântica, a contradição entre o discurso e a acção que se consta nos discursos e acções da Frelimo e da Renamo no tocante ao actual conflito político-militar mostram a dificuldade de ambos em convencer o público de suas acções militares. Se por um lado a Frelimo afirma “nós, e repetimos, não queremos a guerra em Moçambique. A guerra deve ser assunto de ficção científica, de vídeo-games e de produções literárias e cinematográficas” (Guebuza, 2013), também a Renamo proclama que “não existem razões bastantes para se continuar a derramar sangue no solo pátrio. Não se pode repetir a história do passado não

longínquo [a guerra que durou 16 anos entre a Frelimo e a Renamo]” (Enoque, 2013). Porém, Guebuza (Idem) no mesmo discurso reafirma o uso da força como “imperativo de imposição da autoridade do Estado em todo o espaço geográfico da Nação Moçambicana” (2013). A Renamo, por seu lado, escreve que o seu Presidente “Afonso Dhlakama escolheu Santundjira como local estratégico para desencadear uma acção de pressão contra os abusos de poder que caracterizam o partido da maçaroca [a Frelimo] e o seu governo, usando a força militar sempre que isso se mostre necessário.

Como explicar esta ambiguidade nos discursos que clamam pela paz e simultaneamente ameaçam com a guerra?

Para Freud a violência humana está intrinsecamente ligada à condição biológica do homem. Ela está presente em todos os conflitos de relação entre os homens.³ A filogénese da violência data dos tempos mais remotos de socialização, senão mesmo da condição animal do homem. O ser humano é mobilizado por dois instintos ou pulsões, cujas actividades se opõem entre si: a pulsão construtiva, erótica ou Eros, e a pulsão destrutiva, de morte ou Tânatos. Estas pulsões não são porém, *per se*, nem boas nem más, dependendo os efeitos da sua expressão de freios internos e dos controlos sociais.

Recorrendo ao seu texto “Totem e Tabu”, escrito em 1913, Freud (1976b) explica que o poder é conquistado e mantido com a violência. Este poder era inicialmente determinado pela superioridade da força muscular, tendo esta sido posteriormente suplantada e substituída pela capacidade intelectual de construir e ter mais destreza no manuseio de novas armas: a dominação pela violência bruta passou a ser uma dominação pela violência apoiada no intelecto. A finalidade, porém, mantém-se igual: subjugar o adversário, tirando-lhe a vida ou dominando-o pela escravidão. Os vitoriosos deveriam porém manter-se alerta em relação às ameaças à sua própria integridade física devido à sede de vingança do adversário vencido. Assim, importava garantir que o adversário se sentisse impelido a controlar aquele seu desejo de vingança. Por outro lado, os derrotados unidos descobriram na sua união um poder comum que constituía um caminho que se estendia da violência ao direito ou à lei. “A união de diversos indivíduos fracos: a união faz a força” (Ventura & Seitenfus, 2005, p. 21). Essa força foi constituída em lei ou direito de uma comunidade em contraposição ao interesse de um só. Para

³ O termo “homens” é usado neste artigo para designar homens e mulheres excluindo em casos que importe uma distinção, onde esta será explicitada.

transformar esse poder comum em algo duradouro, instituíram regras, punições e desenvolveram vínculos emocionais.

“A união da maioria devia ser estável e duradoura. Se apenas fosse posta em prática com o propósito de combater um indivíduo isolado e dominante, e fosse dissolvida depois da derrota deste, nada se teria realizado” (Idem, p. 32).

A situação é simples enquanto a comunidade consiste em apenas poucos indivíduos igualmente fortes. As leis de uma tal associação irão determinar o grau em que, se a segurança da vida comunal deve ser garantida, cada indivíduo abra mão da sua liberdade pessoal de utilizar a sua força para fins violentos, para garantir a segurança da comunidade.

Dado que a comunidade não consiste em apenas poucas pessoas igualmente fortes, o crescimento dos grupos e a formação de uma sociedade acabaram provocando um desequilíbrio de forças, seja entre pais e filhos, seja entre homens e mulheres ou, resultando da guerra, entre senhores e escravos. Este desequilíbrio é reproduzido também na justiça da comunidade. A lei é feita pelos governantes e de acordo com os seus interesses, sacrificando os interesses dos que se encontram em estado de sujeição. Os detentores do poder colocam-se acima da lei, colocando-se acima das proibições que se aplicam a todos e tentam escapar do domínio da lei passando para o domínio da violência. Isto gera insatisfações e intranquilidade. Os dominados opõem-se aos abusos do poder dos governantes, fazem pressão para passar de um estado de injustiça ou desigualdade para uma justiça igual para todos. Eles buscam mais poder e lutam pela igualdade em termos de direitos, gerando rebeliões e, em nossos dias, até mesmo guerras civis.

Em Moçambique, alguns nacionalistas moçambicanos juntaram-se em 1962 para criar a Frelimo e lutar pela independência nacional e contra a opressão colonial. Em 1977, outros moçambicanos, negando o sistema de orientação marxista-leninista instaurado pela Frelimo, criam a Renamo lutando pelo pluralismo político, democracia e contra a ideologia marxista-leninista. A gênese destes dois movimentos, embora em momentos diferentes, e a opção pela luta armada deveu-se à sua percepção da impossibilidade de resolver o conflito que os opunha aos governantes pela via da lei, passando ao domínio da violência.

Esta posição de Freud corresponde à de Thomas Hobbes, apresentada em 1651 na sua obra *Leviatã* (Bredekamp, 2003), explicando os seus pontos de vista sobre a natureza humana e a necessidade de governos e sociedades. Nessa obra, ele ressaltava o desejo dos homens de acabar com a guerra como

forma de solução dos diferendos entre si, explicando que as sociedades criam um contrato social.

Recordando ao seu texto escrito em 1920, denominado “Além do princípio do prazer”, Freud (1987) aborda Eros e Tânato para explicar o desejo de ódio e destruição do ser humano. A actuação de Tânato é inversa à actuação de Eros. Para Freud, a dicotomia entre o amor e o ódio, a atracção e a repulsão, a preservação e a destruição, a vida e a morte é explicada pela existência destas pulsões em conflito, o Eros e o Tânato. Estes instintos estão amalgamados um ao outro e, muito embora haja a predominância do instinto de morte, os dois são essenciais e actuam concomitantemente nas relações sociais, podendo o poder de acção, tanto de Eros como de Tânato, ser direccionado para o indivíduo ou a colectividade.

Freud salienta que um caminho possível para a prevenção das guerras e violência passa por uma socialização pró-social, ou seja, pelo estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens através da promoção de relações semelhantes àquelas relativas a um objecto amado, criando um sentimento de amor entre os homens. Um segundo mecanismo consiste em promover a comparticipação de interesses importantes produzindo uma comunhão de sentimento, uma identificação entre os homens. Porém, isto não significa que se possa erradicar o Mal, pois Tânato, que pode ser considerado mau, é de natureza primitiva. Não existe indivíduo sem uma dose de agressividade; não existe cultura sem uma dose de violência necessária para sustentar os laços sociais. Esta agressividade não tem, porém, necessariamente de inundar a sociedade de sangue e dor, como no caso das guerras.

Segundo Freud, a guerra não serve para fins pacíficos, “os resultados da conquista são geralmente de curta duração: as unidades recentemente criadas esfacelam-se novamente, no mais das vezes devido a uma falta de coesão entre as partes que foram unidas pela violência” (Ventura & Seitenfus, 2005, p. 35).

No caso de Moçambique, a Frelimo e a Renamo, vinte e um anos depois do término da guerra em que os beligerantes, entre 1977 e 1992, não foram capazes de criar uma coesão duradoura e a paz alcançada em 1992 encontra-se seriamente ameaçada. A eclosão de uma nova guerra entre a Frelimo e a Renamo ameaça arrastar o país para uma repetição compulsiva de guerras e a consequente fragilização do Estado.

Freud chamou a intolerância típica à guerra uma idiossincrasia exacerbada no mais alto grau, devido ao facto de esta destruir vidas humanas. Freud opunha-se à guerra porque esta “conduz os homens individualmente a situações humilhantes, porque os compele, contra a sua vontade, a matar outros homens e porque destrói

objectos materiais preciosos, produzidos pelo trabalho da humanidade” (Ventura & Seitenfus, 2005, p. 44).”

Os avanços da civilização parecem, porém, não ter ainda trazido um deslocamento dos fins instintuais e uma limitação aos impulsos instintuais que se traduziriam em ideias de igualdade, liberdade e fraternidade. Freud viveu ainda a Segunda Guerra Mundial, que foi mais destrutiva do que a Primeira. 45 milhões de pessoas mortas foi o balanço da Segunda Guerra Mundial, um aumento de 22 milhões de mortos comparativamente à Primeira Guerra.

Após a Segunda Guerra Mundial, multiplicaram-se as guerras sob as mais diversas designações: de baixa intensidade, de contra-insurgência, de anti-subversão, de libertação nacional, guerra civil, guerras santas, terrorismo, jihad, intervenções preventivas, entre outras denominações. As justificações multiplicam-se, tais como no caso de Hiroxima e Nagasaki, alegando-se que, com os bombardeamentos com recurso à bomba atômica, e provocando a morte de milhares de pessoas, se encurtou a 2.^a Guerra Mundial, forçando o Japão a render-se e salvando assim milhares de vida de soldados.

Torna-se cada vez mais difícil prever o futuro. Alguém declarado hoje terrorista pode ser o herói de amanhã. Disto depende apenas o êxito ou fracasso da causa que defende (Marinho, 2005). No passado, aqueles chamados “terroristas da Frelimo”, usando a óptica colonial portuguesa, transformaram-se nos governantes de Moçambique. No passado, aqueles chamados terroristas da Renamo, usando a óptica da Frelimo, transformaram-se no segundo partido mais votado nas eleições legislativas e presidenciais em Moçambique, tendo nas eleições de 1994 obtido 38% dos votos e em 1999, 39% (tendo o seu Presidente atingido 47,7%).

Novamente em Moçambique o termo terrorista é usado pela Frelimo e pela Renamo em acusações mútuas, como se lê no comunicado da Renamo após o denominado “terrorista” assalto das Forças de Intervenção Rápida aos seus membros em Nampula: “no dia 08 de Março de 2012, pelas 5:00 horas, a Força de Intervenção Rápida, ida de Maputo e Pemba, atacou e ocupou a Delegação Política Provincial de Nampula que hospedava os desmobilizados da Luta pela Democracia” (Renamo, 2012).

Também o porta-voz do Ministério da Defesa Nacional em conferência de imprensa no dia 07 de Janeiro de 2013, referindo-se à presença de homens armados da Renamo em Homóine, Província de Inhambane, considera que a Renamo está fazendo uso da guerra como instrumento de terror para pressionar o governo e as populações (AIM, 2013).

OS CUSTOS DA GUERRA

Em Moçambique tivemos a experiência de várias guerras na história, estando as feridas psíquicas, sociais e económicas ainda por curar, particularmente do conflito terminado em 1992.

No momento em que o conflito entre a Frelimo, no poder, e a Renamo deflagrou, logo depois da independência, os moçambicanos tinham experiências de guerra muito recentes. No entanto, as forças políticas globais específicas actuantes no conflito Frelimo-Renamo tornaram-no particularmente brutal e destrutivo. Um dos motivos: este último conflito não uniu os moçambicanos contra um agressor comum estrangeiro, como havia ocorrido nas guerras coloniais. Pelo contrário, os conflitos internos, que as políticas socialistas da Frelimo podem ter engendrado em seu governo logo após a independência, foram alimentados por segregações regionais e pela política de guerra fria global que almejava promover a desestabilização por todo o sul da África. Temendo a presença de um forte governo negro nacionalista e socialista, simpático às forças anti-apartheid, a Renamo foi inicialmente apoiada pelo governo branco da Rodésia do Sul (até 1980) e, subsequentemente, pelo governo racista da África do Sul. A Frelimo, por outro lado, havia sido apoiada pelo bloco socialista oriental e, assim, sofreu as repercussões económicas e políticas da sua escolha de aliança nas relações Este-Oeste (Efraime Jr. & Errante, 2010).

A Frelimo e a Renamo assinaram um acordo de paz em 1992 e organizaram eleições democráticas pluripartidárias em 1994.

O conflito cobrou um tributo não só material, como psicológico e espiritual às crianças, suas famílias e comunidades. As repercussões psíquicas da actuação das forças políticas específicas por trás do conflito foram especialmente sérias, pois a campanha de desestabilização regional tinha como um dos seus objectivos a destruição do tecido da vida social e estabilidade comunitária (Vines, 1991). O conflito custou quase um milhão de vidas humanas, sendo 45% delas crianças com idades abaixo dos 15 anos de acordo com a UNDP (Efraime Jr. & Errante, 2010). Um milhão e meio de moçambicanos teve de buscar refúgio na Zâmbia, Zimbábue, Maláui, Tanzânia e África do Sul. E ainda outros 3 milhões se tornaram internamente “deslocados de guerra”, na medida em que as comunidades rurais foram forçadas a migrar para centros urbanos ou lugares militarmente mais seguros. 600 000 crianças foram privadas do acesso à escola devido à destruição de 2655 escolas primárias, 22 secundárias e 36 internatos em áreas rurais (Richman *et al.*, 1990). No fim do

conflito, 2 milhões de minas antipessoais ainda estavam espalhadas pelo país. Em 1988, o UNICEF (1989) estimou em quase 250 000 as crianças moçambicanas que sofriam de traumas físicos e psíquicos. Estas crianças tinham sido testemunhas da morte de seus pais e famílias, haviam sido obrigadas a deslocar-se de seus lares em busca de abrigo seguro e tinham sido submetidas a várias formas de abuso, inclusive rapto e violência sexual. Inúmeras famílias foram dizimadas ou separadas.

As crianças também foram instrumentalizadas como soldados pela Frelimo e pela Renamo numa flagrante violação dos seus direitos humanos. De acordo com o UNICEF (1989), em 1988, cerca de 10 000 crianças ainda estava sendo usada em combate pelas forças guerrilheiras da Renamo. Um número desconhecido de crianças foi forçado a integrar-se nas “milícias populares”, forças paramilitares locais dirigidas pela Frelimo. Muitas crianças foram também usadas como soldados no exército do governo. Os dados reunidos durante os esforços de desmobilização, ao fim do conflito, revelaram que 27% (cerca de 25 498) dos soldados desmobilizados tinham menos de 18 anos na época do seu recrutamento. Destes, 16 553 pertenciam às forças governamentais da Frelimo e 8945 à Renamo.

O conflito armado em Moçambique só terminou após mudanças políticas ocorridas na União Soviética, o colapso dos países socialistas na Europa do Leste e o fim do “apartheid” na África do Sul. A Frelimo e a Renamo perderam as suas bases de apoio externo. Na impossibilidade de uma vitória militar de qualquer uma das partes, em 1992 a lógica da resolução de conflitos de interesse através da violência foi quebrada. Esta lógica não tomava em consideração apenas os conflitos reais de interesses, mas era também determinada pela tentativa de cada um dos lados fazer valer os seus sistemas de valores e ideais heróicos. Tratava-se de uma externalização dos conflitos internos e busca de formas de compensação narcisista. A Frelimo e a Renamo lutavam contra as suas identidades de crise, tentando pseudocuras para os seus sentimentos de falta de sentido e depressão. Actualmente este parece ser novamente o mecanismo psíquico actuante na gestão do conflito político-militar e das diferenças políticas entre ambas as facções e reacções traumáticas causadas pela guerra.

OS TRAUMAS DA GUERRA

No trabalho realizado com ex-crianças soldados, a nível individual, nós classificámos os distúrbios prevaletentes entre os nossos jovens pacientes em cinco categorias: socialização, personalidade, capacidades cognitivas, respostas psicossomáticas e relacio-

nadas com o corpo e respostas contextuais específicas. Neste artigo, discutir-se-á particularmente as duas primeiras categorias, nomeadamente socialização e personalidade.

No domínio da socialização, as crianças e os jovens revelavam distúrbios no processo de socialização, particularmente na internalização de valores, normas sociais e ética. Punamaki (1989) refere-se à dificuldade de ensinar as crianças a respeitar a vida humana, isto é, a “não matar”, num mundo onde a guerra determina exactamente o oposto. A guerra provocou uma ruptura na socialização pró-social de várias maneiras. As guerras moldam respostas violentas sempre que as crianças testemunham barbaridades ou são forçadas a cometê-las como perpetradores. Além de aumentar a exposição das crianças ao comportamento violento, as guerras também minam a legitimidade dos pais e dos líderes da comunidade para socializar as crianças em soluções pacíficas, quando os tornam incapazes de educá-las de acordo com os valores da comunidade.

Pessoas entrevistadas nos locais onde decorreu o projecto, por exemplo, falavam sobre casos de delinquência juvenil, desrespeito aos pais e outros adultos por algumas crianças e jovens que foram soldados.

Na área do desenvolvimento da personalidade, nós notámos os seguintes distúrbios: falta de confiança nos adultos e neles próprios; falta de perspectiva e/ou perspectiva pessimista em relação ao futuro; isolamento; depressão; resignação; altos níveis de agressão; apatia ou falta de entusiasmo; introversão; várias fobias; falta de mecanismos adequados para solucionar problemas; e uma capacidade limitada para aceitar frustrações.

Um sentimento de repulsa pelos seus próprios corpos era particularmente prevalente entre as meninas que foram abusadas sexualmente. A repulsa dessas meninas pelos seus corpos parecia espelhar a sua estigmatização social. Elas eram forçadas a esconder as suas experiências traumáticas, porque sentiam, simultaneamente, culpa e sensação de desonra. Quando os seus abusos sexuais se tornassem conhecidos publicamente, este sentimento de desonra seria usado contra elas e passariam a ser referidas como prostitutas por outros membros da comunidade. Nas comunidades servidas pelo projecto, no sul de Moçambique, uma das consequências desta estigmatização social era o medo que essas meninas e as suas famílias tinham das repercussões que as suas experiências de violência sexual teriam sobre o *lobolo*,⁴ pois havia

⁴ Lobolo é o pagamento simbólico feito à família da noiva pela família do noivo. Este pagamento é feito como uma oferenda aos ancestrais da noiva, como forma de introduzir o noivo à família ancestral da noiva e, também, de pedir a sua bênção, já que agora a noiva se torna parte da família do noivo.

o receio de que um pretendente potencial e a sua família estariam menos desejosos de pagar o *lobolo*, ou inclinados a pagar significativamente menos (Efraime Jr. & Errante, 2010).

Somando-se a esses distúrbios individuais, as crianças também enfrentavam muitos problemas sociais, sendo os mais prevalentes relacionados com a quantidade incomum de tempo que as crianças passavam, em seus dias, com poucas actividades organizadas e planeadas. Na maioria dos casos, isto era devido à falta de infra-estrutura social e/ou à inadequada aptidão que existia para responder às necessidades diárias das crianças. Por exemplo, uma das mais sérias limitações sociais era a falta de escolas e de centros de treinamento profissional. Embora existissem muitas crianças que foram deslocadas pela guerra e que não tiveram acesso à escola por vários anos, não podiam frequentar essas escolas quando retornavam, porque não estavam mais em idade escolar. Algumas crianças tinham então entre dez e doze anos e nunca frequentaram qualquer escola; elas deveriam, portanto, inscrever-se no primeiro ciclo do ensino primário. Isto, no entanto, confrontava as crianças com muitos desafios e estigmas sociais, já que a sua falta de escolarização as marginalizava dos seus grupos de pares. Esta situação tendia a promover o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais. Em outros casos, entretanto, a guerra criou muitos lares nos quais as crianças foram forçadas a assumir, prematuramente, funções de adulto. Por exemplo, havia várias crianças de doze anos que perderam seus pais e que na altura eram obrigadas a assumir a função de chefes de família, cuidando de seus irmãos mais novos e, algumas vezes mesmo, cuidando de suas avós.

A guerra também teve efeitos psicológicos e sociais da exposição à violência sobre o sistema familiar. Enquanto presente na família, a criança aprende a considerar a autoridade como algo necessário e adequado. Todavia, durante a guerra, muitas crianças experimentaram as arbitrariedades do uso da autoridade e da força. Muitas não puderam voltar-se para os pais para obter protecção ou satisfazer as suas necessidades afectivas. A crença diminuída em importantes elos de ligação afectou, em alguns casos, o desenvolvimento da auto-estima e de formas adequadas de comportamento (conforme definidas pelas normas da comunidade) nas crianças. Consequentemente, vínculos familiares foram destruídos ou seriamente enfraquecidos.

Os familiares também sentiam culpa pela sua incapacidade de proteger as suas crianças, e isto, frequentemente, os levava a criar tabus em torno de discussões sobre as experiências das suas crianças nos tempos da guerra e, assim, contribuía para a repressão de memórias dolorosas. Isto acentuava, nessas crianças, o sentimento de

abandono e perda de respeito pela autoridade, o que, muitas vezes, se manifestava em conflitos familiares relacionados com a autoridade. Por exemplo, na Ilha Josina Machel, é reservado ao pai da família comer a moela de galinha. Muitos grandes conflitos irromperam quando ex-crianças-soldados desafiaram a autoridade parental comendo, elas mesmas, as moelas. As crianças contaram, depois, que fizeram isso, porque se ressentiam por serem forçadas a voltar ao seu papel submisso de criança, após terem sofrido as experiências que tiveram na guerra. Por outro lado, os pais, sentindo a sua autoridade desafiada, frequentemente retaliavam, dizendo às crianças que elas deveriam sair de casa se não quisessem viver sob a autoridade paterna.

Tensões entre crianças e seus pais também eram exacerbadas por perturbações nas relações conjugais. Frequentemente, no casal, um olhava para o outro tentando preencher as suas próprias necessidades psíquicas. Todavia, como muitas vezes estavam ambos sobrecarregados pelos seus próprios traumas pessoais, isso levava, comumente, ao conflito no subsistema conjugal.

Os efeitos psicológicos e sociais da exposição à violência sobre a comunidade manifestavam-se na medida em que o conflito armado havia lançado o vizinho contra o vizinho. Os vínculos sociais dentro da comunidade tinham sido enfraquecidos. A privação material, que sucedeu ao final da guerra, teve um impacto semelhante. Pela primeira vez na memória da comunidade, as produções pecuárias e agrícolas estavam sendo roubadas. O sentimento de não poder confiar no vizinho, somado à necessidade de encontrar formas de reconciliar as atrocidades cometidas por alguns deles durante a guerra, foi vivido com uma grande dose de tristeza e dor.

Mesmo assim, foi em direcção à comunidade que encontramos os maiores esforços de recuperação. Isso não foi apenas porque as comunidades com as quais trabalhamos valorizavam a harmonia. Uma vez que a maioria das doenças eram vistas como a causa e o resultado de um desequilíbrio (quer dizer, de fracos vínculos sociais) na comunidade, a maioria dos esforços direccionados a lidar com os distúrbios individuais eram, também, esforços direccionados à comunidade.

Uma dificuldade no processo de elaboração do trauma psíquico prendia-se com o facto de que, enquanto havia vítimas, nem sempre havia perpetrador para a criança ou o adulto traumatizado confrontar, ou mesmo para dar legitimidade à sua vitimização. Na maioria dos casos, não existia possibilidade de encontrar o culpado pela vitimização, porque os perpetradores – os líderes políticos e militares da Frelimo e Renamo – ainda estavam e estão no poder e, portanto, na crença da maioria, permaneciam capazes de retaliar se acusados (Efraime Jr. & Errante, 2010).

Numa outra dimensão, porém, os perpetradores da violência, eles próprios se consideravam vítimas da guerra, meros objectos de uma vontade exterior a eles. A Frelimo alegando que foi forçada a participar na guerra em defesa da soberania nacional, dado que considerava a Renamo uma força ao serviço do estrangeiro, no caso vertente do sistema de “apartheid” da África do Sul, ignorando os conflitos internos que levaram à criação e manutenção da Renamo. A Renamo por sua vez considerava que combatera as forças do comunismo internacional, os soviéticos e os cubanos a mando dos quais estava o governo da Frelimo. A Renamo também evocava que lutara contra os desmandos da Frelimo, tais como a criação de “campos de reeducação” para os seus adversários políticos, fuzilamentos indiscriminados feitos pelos “Tribunais Populares Revolucionários”, uma criação da Frelimo na qual os acusados não tinham direito à defesa, bem como a deportação forçada de pessoas para “aldeias comunais”. Neste debate, onde as facções tudo faziam para demonizar o adversário, negando a sua responsabilidade como sujeitos da guerra, pouco espaço havia para o reconhecimento das atrocidades praticadas tanto pela Frelimo como pela Renamo contra terceiros.

O medo das crianças e adultos de retaliação e de re-vitimização era exacerbado pela fragilidade do real processo de paz e polarização política entre os dois ex-beli-gerantes.

O medo das crianças e adultos era justificado pelo ódio mútuo existente entre as facções políticas, usando a lógica do narcisismo das pequenas diferenças. Este mecanismo constrói a identidade colectiva do “Nós” em oposição ao Outro e mesmo numa fixação nas atrocidades cometidas durante a guerra pela outra parte, um traço típico das neuroses de guerra como que tentando repetir as experiências traumáticas sofridas e impossíveis de representar. Tanto a Frelimo como a Renamo, se por um lado levavam em consideração a realidade de uma paz atingida sem uma vitória militar de qualquer uma das partes e a necessidade de uma convivência política em fóruns democráticos, como o parlamento, o exército, entre outros, por outro lado negavam a existência da outra facção. Este mecanismo operante é alimentado ainda por uma fantasia da eliminação física da outra facção como solução do conflito. Esta dialéctica psíquica manifesta-se numa ambivalência, as facções dizem querer negociar entre elas e simultaneamente confrontam-se usando a violência e a crueldade.

Sucedem-se nos últimos anos tentativas de eliminar fisicamente a outra facção, como são exemplos o ataque a desmobilizados da Renamo pela Polícia de Intervenção Rápida na Rua dos Sem Medo em Nampula, em Março de 2012,

o ataque e ocupação da base da Renamo em Santundjira, a 21 de Outubro de 2013, onde vivia o líder da Renamo (Renamo, 2012), os ataques a civis e militares por parte da Renamo no centro de Moçambique (Renamo, 2013). A leitura dos órgãos de informação e dos discursos dos líderes da Frelimo e da Renamo traz à lembrança a frase pronunciada, em 1917, pelo senador republicano e ex-governador da Califórnia Hiram Johnson, “*A primeira vítima da guerra é a verdade*”, cada uma das facções responsabiliza quase sempre a outra parte por buscar e provocar os conflitos. Também Martín-Báro (1990), analisando o caso da guerra em El Salvador, referiu-se à mentira institucional e à história oficial que ignora aspectos cruciais da realidade, distorce uns e falseia ou inventa outros para os fazer corresponder aos interesses de uma das facções em conflito. Isto acontece em situações de polarização social. Constitui-se um “Nós” em oposição ao Outro ou a “Eles”. O “Nós” corresponde sempre aos bons e o “Eles” é sempre e de antemão mau. Para Martín-Baró (1990), a mentira é outra das características da guerra. Trata-se de uma mentira que encobre a corrupção das instituições, promove intencionalmente o engano no discurso público, cria um medo entre as pessoas que leva a maioria dos cidadãos a encobrir as suas opiniões. As pessoas não sabem em quem confiar, uma vez que também as autoridades que deviam velar pela sua segurança se transformam na fonte da insegurança.

Em Moçambique, provavelmente se poderia inverter o nome das facções, o resultado seria o mesmo: o “Nós” é sempre o bom e a parte comprometida com a paz e democracia e a outra parte é o mal a ser eliminado. Este paradigma do “Nós”, que pretende eliminar qualquer diferença entre as pessoas, pode ter sido o pano de fundo para os agentes da Polícia de Intervenção Rápida que dispararam contra cidadãos desarmados que festejavam a vitória do Movimento Democrático de Moçambique, MDM, em Quelimane e mataram um conhecido cantor, Jaime Camilo, também conhecido pelo pseudónimo “Max Love” (Hanlon, 2013). À revelia da opinião pública e de forma pouco transparente, a Frelimo faz aquisições de aviões de guerra e barcos de guerra, alimentando a indústria de guerra e os dividendos dos intermediários (*O País*, 2013).

A Frelimo e a Renamo parecem acreditar que a militarização e a guerra poderão resolver as suas diferenças e diferendos.

A falta de atenção dada pelo governo da Frelimo à reabilitação social, material e afectiva das vítimas de guerra diminuiu ainda mais a sua crença no processo de paz e no seu futuro. Para os que foram crianças-soldados, a situação é particularmente

grave, pois eles foram praticamente esquecidos no processo de desmobilização e no pagamento de subsídios.

É também a estas ex-crianças-soldado, agora adultas, que se dirige o apelo da Renamo, quando convida os seus ex-guerrilheiros a voltar para a guerra, comentando os confrontos armados em Homoine, entre a Frelimo e a Renamo, em Janeiro de 2014. A Renamo explicava que os seus soldados envolvidos nos combates eram os: “que foram expurgados do exército nacional e dos que nem sequer chegaram a ser integrados pela incúria do governo” (Renamo, 2014). Ainda segundo aquele posicionamento, a Renamo “os orientou a se organizarem localmente para responderem a qualquer provocação” (Renamo, 2014).

Os traumas colectivos provocados por esta guerra, tendo ficado por sarar, não foram elaborados. Jiménez (2010), referindo-se ao caso chileno e aos crimes cometidos pela junta militar, escreve que existe uma relação traumática entre a violência institucional, as memórias e o esquecimento. Este dilema, na opinião deste autor, não pode ser resolvido sem que um processo social tenha lugar. A exumação de valas comuns, a criação de grupos de auto-ajuda das vítimas, entre outros, é parte deste processo. Este processo social deve tomar em conta gestos concretos e simbólicos que possibilitem e estimulem o reconhecimento da realidade traumática pela sociedade como um todo.

As memórias traumáticas do passado precisam de ser recuperadas, por meio de testemunho, para lhes poder conferir um lugar psíquico aos afectos e às marcas traumáticas. Caso tal não aconteça, estas memórias reproduzem-se *ad infinitum*, impossibilitando uma mudança subjectiva ou ainda, se não são reproduzidas como lembrança, mas como acção, a chamada compulsão à repetição.

No caso do Chile, constatou-se também a existência de uma diferença na elaboração do trauma, quando a pessoa pertence ao lado vencedor e tem assim um sentimento de orgulho por se ter sacrificado por algo grande e, por outro lado, quando a pessoa não pertence ao lado vencedor e sente que seu esforço foi inútil. Este sentimento pode levar à raiva, a uma descarga psíquica, usando inimigos externos como alvo. O mesmo se pode aplicar à Renamo que, após uma guerra que durou 16 anos, viu posteriormente que sua guerra não lhe trazia os resultados esperados. “Depois de 20 anos a suportar violações constantes aos acordos de Roma que deveriam pôr fim à guerra em Moçambique, mas quase nem chegaram a ser uma trégua completa devido às constantes investidas político-militares por parte do governo frelimizado, o Presidente da Renamo disse durante a conferência

de imprensa por ele concedida na passada quinta-feira, nas matas da Gorongosa, que o problema são as violações constantes ao Acordo Geral de Paz” (Renamo, 2013). Aliás, a Renamo continua considerando a Frelimo como comunistas, não obstante as mudanças ocorridas em Moçambique e resultantes da guerra travada pela Renamo, numa clara alusão ao totalitarismo⁵ da Frelimo. Para a Renamo, a Frelimo, seu inimigo de ontem, não mudou, e a Frelimo continua a cometer “violações por parte dos comunistas hoje no governo” (Renamo, 2013).

Quando uma pessoa é acusada de ter errado, esta acusação pode implicar o medo de perda do amor e de ser sentida como uma ameaça à sua identidade, o que se torna insuportável para o indivíduo, levando-o a uma persistência fundamentalista de que tem razão, uma insistência cuja verdade só ela conhece: que ela é a verdadeira vítima. Nos casos em que ambos os lados em litígio são simultaneamente vítimas e perpetradoras, isto leva a um sem-fim de acusações mútuas e atribuições de culpa ao outro. A mentira e a manipulação da opinião pública instituem-se. A realidade é reinterpretada e mascarada. A projecção dos seus sentimentos de impotência, que não estão integrados, assim como a projecção dos sentimentos de culpa, da agressão sentida em relação ao Outro levam à perda de um verdadeiro sentimento de identidade e de se ser sujeito da sua própria história, reconhecendo que o sujeito tem espaço de manobra e responsabilidade. Numa situação como esta, uma triangulação, ou seja uma terceira posição torna-se impossível. Perde-se, assim, o campo para reflexão, soluções criativas, aceitação da responsabilidade tanto pelos actos cometidos no passado, como pelos cometidos no presente e suas consequências no futuro.

A formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção de Genebra, assim como o reconhecimento de instituições como as Nações Unidas, o reconhecimento do Tribunal Internacional dos Direitos Humanos, correspondem ao reconhecimento desta “terceira” entidade ou posição. O contrário também pode constituir um sinal da ausência da triangulação, ou seja, da posição do terceiro. Neste caso, assiste-se à negação do caminho das negociações, com concessões mútuas. Instala-se o monólogo. Há uma fixação em acções militares e violação de acordos.

⁵ Um exemplo podem ser os debates no Parlamento da República, conhecido na gíria como a “escolinha do barulho”, onde os debates são marcados por uma Frelimo que não reconhece os limites à sua autoridade e se esforça para regulamentar todos os aspectos da vida pública e privada recorrendo à ditadura do voto da sua bancada maioritária, relegando a Renamo a mera posição de espectador, que ora abandona a sala em protesto ou manifesta o seu desacordo com assobios e apitos. A Renamo criticou também a propaganda abrangente da Frelimo divulgada através dos meios de comunicação controlados pelo Estado que é muitas vezes marcado pelo culto da personalidade, pelo controlo sobre a economia por parte da Frelimo e pela negação de iguais oportunidades aos membros da Renamo. A regulação e restrição da expressão pública estão conforme os interesses da Frelimo (Renamo, 2010).

No caso moçambicano, a guerra terminou sem um claro vencedor nem um claro vencido. As atrocidades cometidas durante a guerra, na qual ambas as facções foram vítimas e perpetradoras, não foram alvo de um processo social de reconhecimento dessas atrocidades.

As facções mantiveram simbolicamente os seus nomes (Frente de Libertação de Moçambique e Resistência Nacional Moçambicana), relíquias de tempos onde os conflitos de interesse eram resolvidos pela guerra. No lugar do desafio de uma verdadeira reconciliação e o de ambas as facções se tornarem parceiras para a estabilização da paz, promoção do desenvolvimento e democracia, elas mantiveram os objectivos anteriores que as nortearam no conflito militar: cumprir a outra facção a abandonar as suas pretensões ou objecções pela via da força, intimidação, exclusão,⁶ repressão policial, por um lado, e ameaças de divisão do país e promoção de revoltas, por outro. Prevalece a fantasia da eliminação física do Outro como solução das diferenças e diferendos políticos. Este mecanismo operante já anunciava a presente confrontação militar aberta entre a Frelimo e a Renamo.

Mesmo após a criação de um exército unificado, integrando ex-soldados de ambas as facções, por não ter havido reconciliação, a desconfiança persistiu. A Renamo manteve homens armados, sob o pretexto de precisar de uma força militar para proteger os seus dirigentes. A Frelimo partidarizou as forças policiais, criando uma força policial que lhe é fiel, a Polícia de Intervenção Rápida, e com um poderio militar comparável ao de um exército. O exército, enquanto constituído por ex-combatentes da Frelimo e da Renamo, manteve-se à margem dos conflitos entre a Frelimo e a Renamo, reaparecendo em 2013 envolvido em confrontos militares do lado da Frelimo.⁷ Há contestação de resultados eleitorais, pouca confiança na independência das instituições que governam e dirigem as eleições. O aparelho do Estado manteve-se capturado pela Frelimo, o voto popular manipulado nas urnas⁸ a favor da Frelimo.

⁶ Referindo-se ao encontro de 09 de Dezembro de 2011, entre os Presidentes da Frelimo e da Renamo, a Renamo escreveu que o Presidente Dhlakama “falou com o Presidente Guebuza sobre a partidarização do Aparelho do Estado. É que para ser professor do ensino primário é preciso ser membro do Partido Frelimo”. Num outro passo “O presidente Dhlakama exigiu que haja uma acção de despartidarização nas escolas, hospitais e até nas empresas privadas”. E ainda: “Há discussão da revisão da lei eleitoral e não há consenso porque a Frelimo quer manter o artigo 85 que oficializa a fraude”.

⁷ Referindo-se ao encontro de 09 de Dezembro de 2011, entre os Presidentes da Frelimo e da Renamo, a Renamo escreveu: “o Presidente da Renamo falou [com o Presidente da Frelimo] sobre a problemática das Forças de Defesa e Segurança, onde quase todos os oficiais da Renamo advindos do Acordo Geral da Paz já foram tirados, ficando apenas os da Frelimo. Os da Renamo que ficaram lá são usados apenas como ajudantes dos comandantes da Frelimo” (Renamo, 2011).

⁸ Brito (2008), referindo as eleições de 1999, escreve: “De acordo com os resultados oficiais, Joaquim Chissano teria obtido 52,3% dos votos e Afonso Dhlakama 47,7%. No entanto, estes números não reflectem

Durante cerca de 20 anos houve uma ausência de guerra aberta, mas o conflito manteve-se imanente, permeando e influenciando negativamente a coexistência política entre as facções rivais. O início da exploração do gás natural e das vastas reservas de carvão mineral veio adicionar mais um factor de discórdia entre as facções rivais, no tocante à distribuição dos proventos da exploração destes recursos.⁹

A pedido da Renamo, em Maio de 2013 tiveram início conversações entre a Renamo e a Frelimo. Enquanto decorriam as conversações, a zona central de Moçambique, na província de Sofala, foi palco de violentos confrontos militares entre as forças armadas das facções rivais, multiplicando-se acusações mútuas de a outra parte não querer a paz.

Entre as facções imperou sempre um ódio e desconfiança. Os actos são claros, entre a Frelimo e a Renamo impera uma guerra. O discurso, porém, é ambíguo, carecendo de transparência, demonizando o Outro, reclamando a verdade apenas para si, considerando-se vítima, infantilizando o “Outro”. A Renamo acusa a Frelimo de querer assassinar o seu líder quando escreve após o ataque de Santundjira. A Frelimo reitera, contudo, querer manter as conversações de paz. “O mais caricato de tudo é que este convite é formulado com tamanha frieza para alguém que escapou à morte por um milagre de Deus, depois de ter sofrido um ataque protagonizado pelo exército do Estado” (Renamo, 2013). A Renamo considera-se vítima da Frelimo que lhe está aplicando “surras” (Renamo, 2013) e refere-se aos anos de paz em Moçambique, após a assinatura do Acordo Geral de Paz como sendo “20 anos de sacrifício em que todos os dias fomos amarrados, batidos, roubados, chamboqueados, massacrados e atacados militarmente” (Renamo, 2013). Aliás, a Renamo já alertara que um ataque a Santundjira seria entendido como uma declaração de guerra. “O cessar-fogo que está a vigorar em Muxúngue, a pedido do Presidente da República, pode ser interrompido a qualquer momento se as forças da Renamo encontrarem soldados governamentais em posições escondidas no mato a constituir perigo para a segurança do seu Líder e delas próprias” (Renamo, 2013). Não obstante este alerta da Renamo, a Frelimo ordenou em 21 de Outubro de 2013 um ataque a Santundjira. A Frelimo

a realidade da eleição. A falta de transparência dos órgãos eleitorais, controlados pela Frelimo, aliada às irregularidades registadas pelos observadores eleitorais (12) e ao facto de ter havido um enorme número de editais não considerados, oficialmente por conterem “erros insanáveis”, permite concluir que, na realidade, a diferença entre os dois candidatos terá sido bastante menor, não se podendo mesmo descartar a hipótese de uma vitória de Dhlakama” (p. 9).

⁹ Escrevendo sobre o encontro entre os Presidentes da Frelimo e da Renamo de 09 de Dezembro de 2011, a Renamo escreveu: “O Presidente Dhakama também apresentou a sua preocupação sobre a questão dos mega-projectos, os quais só beneficiam os membros da Frelimo” (Renamo, 2011).

considera as pré-condições apresentadas pela Renamo para as conversações com a Frelimo como “pré-condições incompreensíveis” (Guebuza, 2013), que a Renamo ignora por completo, nestes mais de vinte e um anos de Paz, o seu conceito de “Paridade” (Guebuza, 2013). Guebuza questiona as intenções da Renamo dizendo que esta “tinha outros objectivos, ainda por desvendar” e reclama exclusivamente para si e a Frelimo o compromisso do “aprofundamento do diálogo, reconciliação, Paz e concórdia nacional.” Referindo-se ao uso da violência e guerra para a resolução de conflitos entre a Frelimo e a Renamo, não obstante esta ser a forma actual de resolução de diferenças entre as duas facções rivais e ambas recorrerem a ela repetidamente, a Frelimo considera que “a guerra deve ser assunto de ficção científica, de vídeo-games e de produções literárias e cinematográficas.” A Frelimo justifica o assalto militar a Santundjira e decorrente deste o atentado à vida do líder da Renamo, como um acto visando o restabelecimento da paz entre a Frelimo e a Renamo, dado que visava interromper as acções militares da Renamo. “A Frelimo obrigou as “Forças de Defesa e Segurança, cerca de seis meses depois do início dessas acções armadas, portanto, em Outubro, a enveredarem pela via do restabelecimento da Lei, Ordem e Segurança Públicas, tomando o controlo de Santundjira e Maringué” (Guebuza, 2013).

Após o ataque a Santundjira, como que o abrir da caixa de Pandora, o conflito militar antes localizado em algumas regiões da província de Sofala, no centro de Moçambique, alastrou-se a novas províncias, tornando, provavelmente, mais difícil o processo negocial e a reconciliação.

Ainda mais grave é que uma guerra aumenta o risco de uma “falência permanente das normas reguladoras das relações entre os homens” (Fuks, 2010, p. 177) e da fragilização da identidade entre os moçambicanos e/ou do sentimento de partilhar interesses importantes produzindo uma comunhão de sentimento, uma identificação.

O pressuposto para a reconciliação é o reconhecimento e a aceitação das necessidades e direitos do Outro assim como dos danos e sofrimento infligidos mutuamente e isto foi sistematicamente negado em Moçambique, ficando cada facção na sua verdade dogmática e fundamentalista, que exclui o Outro, usando-o apenas como superfície para projecção da sua agressão.

Este processo implica também a desumanização do Outro que, sendo categorizado como inimigo, perde o direito à participação na vida política, social e económica, perde inclusive o direito à vida.

O re-eclodir dos confrontos militares foi apenas um aumentar de intensidade do conflito entre a Frelimo e a Renamo e do processo de desumanização do Outro que já vinha ocorrendo.

Exemplos desta desumanização e, mais grave ainda, da violência institucional, quando o aparelho repressivo do Estado é capturado por uma facção, são as atrocidades cometidas em 2000 em Montepuez (Província de Cabo Delgado), onde “aproximadamente 80¹⁰ apoiantes da Renamo foram detidos pela polícia durante as manifestações e morreram sufocados devido à superlotação das prisões; em Setembro de 2005 as eleições municipais são contestadas em Mocímboa da Praia (Cabo Delgado) conduzindo a manifestações que são reprimidas pela polícia que usa excesso de força/brutalidade que resulta em várias mortes; e a “caça às bruxas” aos partidários da oposição” (ASDI, 2007).

Ainda em 2009 morreram de asfixia 12 pessoas que estavam num grupo de 48 detidos numa cela com quatro metros de comprimento e dois de largo. Estes membros da Renamo haviam sido detidos ilegalmente a propósito do boato da cólera¹¹ e encarcerados numa cela transitória em Mongincual. O comandante da Polícia em Mongincual havia estado envolvido no caso de Montepuez, o que levou alguns jornalistas a afirmarem que o caso de Mongincual foi tirado a papel químico, ou seja, foi uma continuação ou imitação do caso anterior de Montepuez (Serra, 2009).

A CURA DOS TRAUMAS DE GUERRA

No contexto africano, por exemplo, Dawes e Honwana (1998) sugerem que precisamos de pensar de forma mais holística sobre o contexto em que se insere o indivíduo traumatizado, pois somente assim os psicólogos poderão compreender o significado que o indivíduo traz e dá a uma experiência stressante. Além do mais, somente nesta perspectiva podemos entender os recursos acessíveis a um indivíduo para lidar com um evento traumático. A partir deste contexto cultural mais amplo, pode tornar-se claro, como Honwana revela, que existem muitos

¹⁰ A Renamo refere-se ao número de mortos como sendo maior: “Já se fala em opinião pública, mas quando éramos massacrados, mais de 350 membros da Renamo mortos em Montepuez, não houve opinião pública” (Renamo, 2013).

¹¹ O boato da cólera refere-se à tentativa de membros da Renamo de impedir que se colocasse cloro nos poços de água, alegando que este produto disseminava a cólera. Carlos Serra, no seu livro “Cólera e Catarsis”, 2009, refere-se ao facto de as pessoas em Nampula terem constatado que os pobres responderam com violência à colocação de cloro nos poços de água devido à crença de que os ricos e os poderosos de fora da comunidade estariam a contaminar a água com cólera numa tentativa de os matar.

mais recursos terapêuticos¹² acessíveis não só para o indivíduo, como também para o psicólogo.

Um dos mais importantes recursos terapêuticos locais é o *curandeiro* (terapeuta tradicional). Nas culturas das populações rurais de Moçambique, os *curandeiros* são os agentes da cura, tanto para os distúrbios psíquicos, quanto para os físicos. Algumas congregações religiosas, com grande influência na medicina tradicional, também realizam cerimónias terapêuticas. Durante a guerra, *curandeiros* e líderes religiosos realizavam cerimónias para a protecção de seus pacientes.

Terapias tradicionais também se desenvolveram para lidar com traumas. Na Ilha Josina Machel, por exemplo, existem inúmeras práticas desenvolvidas para levar o indivíduo a superar a experiência traumática, tal como colocar o problema e as memórias de guerra numa garrafa e jogá-la no rio. O rio, então, leva com ele todos esses problemas. O mesmo pode ser feito jogando a garrafa com os problemas numa encruzilhada e afastar-se do local sem olhar para trás.

Todavia, na sua maioria, os rituais são especificamente desenvolvidos para promover a reintegração social. Por exemplo, no final da guerra, algumas famílias realizaram a cerimónia conhecida como *ku Phaha*, que consiste em um membro da família, que herda o poder de se comunicar com os espíritos que a protegem, estabelecer comunicação com esses espíritos. A cerimónia é conduzida na presença de familiares que desejam beneficiar dela e de outros que só querem testemunhar o facto. Nessa cerimónia, eles devem ter sempre uma infusão tradicional e rapé. O membro da família que fala com os espíritos toma um gole da infusão e cospe ao chão, debaixo da árvore normalmente usada pela família como altar para os seus ancestrais e explica-lhes (ancestrais) a razão para a cerimónia. Por exemplo, eles podem informar os espíritos ancestrais sobre o retorno dos seus entes queridos e pedir que ele ou ela seja perdoado(a) e seja capaz de pedir perdão a outros por qualquer mal cometido durante a guerra. Dessa maneira, a pessoa que retorna à comunidade seria purificada de todo o mal (...).

Outras famílias vão ao *curandeiro* para um ritual chamado *Ku femba*, no qual o *curandeiro*, actuando como um médium, estabelece contacto com espíritos maus. Esses espíritos são normalmente responsáveis pelas perturbações na família. E assim,

¹² (N.T.) Em inglês: healing resources – o verbo to heal refere-se à cura em sentido amplo, não necessariamente vinculado a formas terapêuticas médicas ou da psicologia clássica. Optamos pelo uso do termo terapeuta (s), tratando-se do substantivo healer (s), e terapêutico (as), quando se trata do adjectivo healing.

muitos dos nossos pacientes acometidos de distúrbios, que se consultaram com *curandeiros*, submeteram-se ao *ku femba*.

Técnicas terapêuticas tradicionais tentam libertar a personalidade daquilo que tem o seu desenvolvimento bloqueado, através de um método similar ao método catártico da psicanálise. O seu foco na reintegração da criança na comunidade é especialmente eficaz para reconstruir vínculos sociais rompidos e diminuir a tendência dos membros da comunidade para se envolverem num processo de vergonha estigmatizada (Errante, 1999). Todavia, como em qualquer modelo de intervenção, essas terapias também mostraram ter as suas limitações no que diz respeito à elaboração do trauma. Como talvez fique evidente a partir de alguns rituais descritos acima, os terapeutas tradicionais tendem a ver a cura como um acto (isto é, a experiência do ritual) e não como um processo. Depois da cura, o paciente deve estar curado; se o distúrbio persistir, então os terapeutas tradicionais tendem a procurar outras causas.

A Associação Reconstruindo a Esperança juntou, na sua intervenção psicoterapêutica, as técnicas terapêuticas tradicionais, uma intervenção de matiz psicodinâmica. Esta intervenção, como foi referido na introdução deste artigo, decorreu entre 1994 e 2001, na Ilha Josina Machel, em Mandhakazi e em Muecate.

O objectivo geral dessa intervenção preventiva secundária era reconstruir psiquicamente as crianças e jovens vítimas da violência militar. Isso envolvia facilitar o processo através do qual crianças, jovens, seus familiares e os líderes comunitários pudessem superar os seus estados traumáticos, sem os negar. Isso também envolvia levar em conta a dimensão subjectiva da elaboração psicotraumática. Quer dizer, permitir a cada paciente compreender subjectivamente as suas próprias experiências de guerra, levando em conta o contexto particular e as experiências de guerra pessoais de cada paciente. A idade da criança e o seu nível de desenvolvimento psíquico também variavam, assim como as suas percepções a respeito dos eventos que sofreram. As intervenções psicoterapêuticas devem levar em conta todas essas especificidades contextuais. De acordo com as nossas experiências, esse aspecto da reabilitação psíquica deve abordar:

I. Restabelecimento do sentimento de confiança, especialmente em adultos.

Crianças e jovens afectados pela violência militar perdem comumente a confiança nos seus pais, amigos, comunidade e, por extensão, em toda a figura de autoridade. É especialmente importante que o psicoterapeuta construa uma aliança com os pacientes, enquanto evita ser visto como o detentor das opiniões e sem esconder a gravidade dos actos por eles come-

tidos. Essa relação de confiança é submetida a frequentes manipulações, que entendemos como defesas contra a apropriação pelo próprio paciente da sua responsabilidade.

- II. **Restabelecimento da capacidade de atribuir significado** a eventos traumáticos vividos. Isso envolve trabalhar com as normas culturais e cosmologia locais, através das quais as crianças e os jovens compreendem e atribuem significado às suas experiências. Isso é descrito abaixo. Adicionalmente, experiências pré-traumáticas, experiências da primeira infância e experiências prévias de stresse também são levadas em consideração na psicoterapia. Contudo, em crianças que nasceram em bases militares ou naquelas que foram socializadas apenas com a violência militar, achamos muito difícil identificar memórias pré-traumáticas que poderiam capacitá-las a conceber a guerra e as barbáries cometidas por elas, durante a guerra, como uma exceção.
- III. **Restabelecimento da auto-estima.** Em termos psicodinâmicos, a auto-estima é fortemente dependente da estima que alguém teve ou tem em relação aos outros, da violência cometida contra a família e da perda de pessoas próximas à criança. No caso dos nossos pacientes, também descobrimos que a auto-estima havia diminuído pelo fato de a guerra ter destruído referências étnicas, ou devido ao sentimento de serem excluídos da comunidade. Este sentimento de alienação produzia comumente nos nossos pacientes um mecanismo de defesa caracterizado por uma extrema arrogância em relação aos outros, ou por demonstrações de um “Eu” magnífico e onipotente (Efraime Jr. & Errante, 2010). Neste caso, estamos na presença de feridas psíquicas reais, que são tratadas com respeito, mostrando ao paciente que somos sensíveis a essa hemorragia narcísica. Nós ajudamo-los a encontrar alguma dignidade apoiando-os nas suas capacidades de cuidar de si próprios, por meio de actividades diárias e de aprendizagem e, também, de grupos e iniciativas de auto-ajuda. Os professores também têm aqui um papel importante, ajudando as crianças a planearem um novo rumo para o futuro.
- IV. **Restabelecimento do controlo sobre a agressão.** De acordo com Winnicott, crescer é por natureza um ato agressivo, uma vez que crescer pressupõe, por natureza e pela cultura, a morte do fantasma, das representações parentais imaginárias e o luto resultante da morte dessas representações. Este processo, contudo, implica um controlo dos impulsos agressivos que

são perdidos quando a criança ou o adulto sofre agressões ou é forçado a agir com violência. Este controlo é adquirido porque a criança aprende a reprimir gestos e palavras, quando ela entende que estes podem ferir os outros. Nós tentamos restaurar os valores necessários para relacionar-se com os outros, ajudando as crianças a adquirirem consciência de que esses valores têm como objectivo protegê-las da violência contra os outros e, ao mesmo tempo, da violência contra elas próprias. Nesse contexto, são realizadas actividades relacionadas com automutilações ou com agressões contra os outros ou contra aquilo que pertence aos outros.

- V. **Restabelecimento da identidade.** A nossa auto-imagem, a nossa consciência do *self* e o nosso sentido de identidade dependem da imagem que os outros têm de nós. A nossa auto-imagem também depende de elementos culturais, sociais, históricos e espirituais. A pressão ideológica causada pela guerra pode dar origem a mecanismos de pseudo-identificação tais como uma “identidade de soldado”. Essa pseudo-identificação dá à criança uma identidade confortável, pronta-para-usar; é uma identificação que a protege de perguntas constrangedoras relacionadas com o futuro. Por outro lado, a solidariedade entre soldados proporciona-lhe um espaço de identidade seguro e previsível. Há, todavia, um risco de que esta identificação se torne demasiado rígida e conformista. Portanto, aprendemos a escutar os nossos pacientes atentamente para descobrir quais são os fragmentos de identificação que foram abandonados em favor de uma identidade de soldado. O desenho, a pintura, a música e o teatro, que são actividades culturais e sensíveis, possibilitam o fim das proibições, de modo a que se possa pensar de forma indirecta. O carácter mediador dessas actividades permite-nos abordar o trauma de forma indirecta. A nossa experiência com os grupos de psicoterapia mostra que a interacção com outras crianças e jovens em grupos de colegas possibilita aos participantes entrar em contacto com outras formas de identificação que podem ser partilhadas com os outros. Para os meninos, isso às vezes envolve aceitação, no sentido psíquico, de um componente feminino, e, para as meninas, de um componente masculino das suas personalidades. Todas essas diferentes abordagens têm como objectivo restabelecer ligações afectivas com os outros. A família e a comunidade desempenham um papel muito importante e visitas domiciliárias feitas pelos membros da

nossa equipa clínica são um componente realmente muito importante na facilitação dessas interacções.

- VI. **É necessário restabelecer as modalidades de projecção do *self* para o futuro.** Actividades relacionadas com a alfabetização, escolaridade, treino profissional e grupos de auto-ajuda têm grande importância. É importante que as crianças não sintam essas actividades como pesadas ou que estas lhes façam lembrar o sistema militar. É necessário criar espaço para iniciativas individuais, mesmo correndo o risco de parecerem inúteis aos olhos dos professores. Isso reforça nas crianças o sentimento de liberdade interna, que consideramos um passo importante na criação de novas identidades pós-guerra.

Em linhas gerais, o nosso projecto tem como principal objectivo a reintegração da criança no seio da sua família e na comunidade. O projecto integrou a família e comunidade nas suas intervenções com o propósito de restaurar os vínculos de afiliação através das gerações.

Paralelamente à intervenção dos médicos tradicionais e líderes religiosos, foram realizadas outras, nomeadamente pelo Ministério da Educação,¹³ UNICEF,¹⁴ Cruz Vermelha de Moçambique,¹⁵ Save the Children US, Ministério da Acção Social,¹⁶ só para citar alguns exemplos.

Todos estes projectos, contudo, trabalharam com populações civis, não envolvendo dirigentes políticos e militares da Frelimo e Renamo, tendo assim pouco contribuído para a reconciliação entre as lideranças destes partidos, pelo facto de terem excluído a dimensão política do conflito e dos traumas psíquicos e a necessidade de reconciliação ao nível das lideranças.

Chegados ao fim deste artigo, a questão que se coloca é: quais os caminhos para travar a barbárie e a guerra em Moçambique?

CAMINHOS POSSÍVEIS

A oposição entre Eros e Tânato apontado por Freud não implica necessariamente cairmos numa armadilha simplista do maniqueísmo que nos remeteria para a guerra

¹³ Que desenvolveu uma intervenção para crianças afectadas pela guerra em colaboração com o Instituto Brasileiro Heloísa Marinho.

¹⁴ Com o seu projecto “Circo da Paz”.

¹⁵ Com o projecto “Brincar Curando”.

¹⁶ Com o programa de reintegração familiar.

como algo inevitável. Eros e Tânato, como nos referimos acima, não são em si nem bons nem maus. Ambos estão amalgamados um no outro e imbricados a serviço do homem. Eles são responsáveis pela perpetuação da espécie e renovação da vida. Eles levaram a Frelimo e a Renamo ao Acordo Geral de Paz de 1992 e podem levar agora a um novo acordo de paz e concórdia nacional. Não obstante algum cepticismo sobre a dimensão irracional presente nos actos da Frelimo e da Renamo, ainda assim a paz em Moçambique continua sendo uma possibilidade muito tangível. Importa à Frelimo e à Renamo dominar e controlar as pulsões colocando-as ao serviço da civilização, realizando a utopia freudiana do fortalecimento do intelecto, de governar a vida do instinto promovendo a paz, o desenvolvimento e a concórdia nacional.

Na óptica freudiana, há duas questões que se colocam, no tocante à preservação da paz, nomeadamente:

1. Como criar um sentimento de identificação entre a Frelimo e a Renamo?

Como conseguir valorizar a vida humana, que tanto a Frelimo como a Renamo repetidamente dizem respeitar, não obstante seus actos que parecem indicar que só a vida das pessoas incluídas na sua definição do “Nós” é válida? Como alargar esse “Nós” ao “Outro”? Por outras palavras, como conseguir que a vida de um membro da Frelimo seja vista como sendo tão importante como a vida de um membro da Renamo e vice-versa? Como conseguir que quando se perde a vida de um Moçambicano se reduz o potencial colectivo, se reduz a capacidade colectiva de criação de um Moçambique melhor para todos?

Como conseguir o reconhecimento e a aceitação das necessidades e direitos do “Outro” assim como dos danos e sofrimento infligidos mutuamente? Como acabar com a verdade dogmática e fundamentalista, que exclui o “Outro”, usando-o apenas como superfície para projecção da sua agressão?

Como instalar uma cultura de convivência baseada no respeito pelas diferenças, no respeito pelos Direitos Humanos, que permita a reconstituição da confiança em si próprio, no “Outro” e na autoridade, permitindo à Frelimo e à Renamo adquirirem consciência de que esses valores têm como objectivo protegê-las da violência contra os outros e, ao mesmo tempo, da violência contra elas próprias?

Yannis Stravakakis (citado por Fuks, 2010, p. 177) refere-se à necessidade de não esquecer os horrores da 2.^a Guerra Mundial ao escrever que ao tomarmos

“a consciência do que aconteceu aos judeus, ciganos e homossexuais torna-se possível dizer: Posso ser eu a próxima vítima”. Em Moçambique podemos dizer que uma guerra entre a Frelimo e a Renamo pode clamar pela vida, não só dos membros da Frelimo e dos da Renamo, mas de qualquer um de nós. Afinal, o último conflito custou quase um milhão de vidas humanas, sendo 45% delas crianças com idade abaixo de 15 anos.

2. Como conseguir uma comunhão de interesses entre a Frelimo e a Renamo?

Nos discursos das lideranças da Frelimo e da Renamo há uma valorização da paz, da unidade nacional, da democracia e do desenvolvimento social e económico da Nação Moçambicana. Como conseguir que a Frelimo e a Renamo sejam como parceiros num projecto comum? Como ter um quadro político onde o vencedor das eleições seja o povo e onde o partido com mais votos coopere com os outros no processo da governação, tornando a oposição importante parte desse processo?

Como conseguir ter um Estado e suas instituições, com instituições que governam e dirigem as eleições, assim como uma polícia e um exército independentes de interesses político-partidários? Como construir um Estado onde a justiça seja igual para todos? Como construir uma democracia que permita e até promova alternância dos partidos políticos na governação? Como construir um Estado com capacidade de contrariar os desejos dos governantes ou candidatos a governantes se colocarem acima da lei?

As respostas, certamente, implicam também uma cidadania activa, consciente e responsável.

Nos últimos anos em Moçambique, os cidadãos têm tido um maior acesso ao saber, seja através da expansão do sistema de educação, seja pelas campanhas de educação cívica e eleitoral, seja pelo trabalho político dos diferentes partidos e organizações da sociedade civil, bem como pelos novos *media*. Importa, porém, que este saber se traduza numa possibilidade de se ter consciência e agir. O acesso ao saber deve ser de forma abrangente e incondicional, furtando-se as tentativas de instrumentalização e manipulação por parte de ideais políticos totalitários. Esta consciência e acção manifestam-se em actos de cidadania.

As manifestações pela Paz realizadas em finais de Outubro de 2013 nas cidades de Maputo, Beira e Quelimane, envolvendo milhares de cidadãos, podem marcar um passo no sentido de os cidadãos responsabilizarem e comprometerem os políticos da

Frelimo e da Renamo com a preservação da Paz em Moçambique. A marcha foi organizada pela Liga dos Direitos Humanos, em conjunto com outras organizações da sociedade civil e confissões religiosas, numa reacção à instabilidade que Moçambique vive. Estas formas de activismo cívico contrapõem os abusos do poder dos detentores, fazendo pressão para passar da justiça desigual para a justiça igual para todos.

A participação activa do cidadão é um imperativo do processo civilizatório. Ser cidadão implica também que se tenha consciência de que se é sujeito de direitos e deveres. Direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade de direitos. Dever de contribuir para o bom funcionamento da sociedade, da nação e do Estado, promovendo o bem comum. A realização dos direitos civis, políticos e sociais exige uma luta constante do cidadão e a unidade dos cidadãos para articular os seus interesses e defender estes direitos perante governantes e elites políticas.

Em finais de 2013, num seminário de cientistas sociais denominado “Caminhos moçambicanos para a construção da democracia”, foi proposto o alargamento do debate político, até agora cingido à Frelimo e à Renamo, “a outros sectores, partidos políticos, diferentes grupos sociais, religiosos e profissionais, para reforçar a cidadania e consolidar a democracia, tornando-o mais inclusivo. Uma possibilidade seria a realização de uma *Convenção Nacional*, um mecanismo que tem alguma experiência de sucesso em contextos de crise em outros quadrantes, mesmo no continente africano. Um tal debate poderia valer-se de dois instrumentos-chave como a Agenda 2025 e o MARP que oferecem quadros de participação abrangentes e não limitados a um domínio político-partidário e poderia ter como alvo a construção de um Pacto Nacional da Paz.”

Uma convenção deste género ou outras iniciativas similares possivelmente permitissem romper com o presente sem fim de acusações mútuas e atribuições de culpa ao outro, entre a Frelimo e a Renamo. Poderiam também contribuir para o reconhecimento e a aceitação das necessidades e direitos do “Outro” assim como dos danos e sofrimento infligidos mutuamente. Importa que a Frelimo e a Renamo se reconheçam como parceiros para o desenvolvimento de Moçambique, parceiros na preservação da Paz e que ambos devem ter uma intolerância constitucional à guerra e ao uso da violência para resolução de conflitos políticos.

A proposta da Renamo de mediação e observação nacional e internacional das negociações que mantêm com a Frelimo pode também permitir forçar a Frelimo e a Renamo ao reconhecimento desta “terceira” entidade ou posição alicerçada em valores civilizatórios e dos direitos humanos.

Por outro lado, importa manter presentes os custos da guerra, mostrando que a paz é a única alternativa à paz. Iniciativas como museus e outros actos que mantenham na memória colectiva os custos da guerra travada entre a Frelimo e a Renamo podem ser uma alternativa a explorar como forma de manter vivo o medo das consequências de uma guerra futura. Elas devem ocorrer como um processo social que possibilite e estimule o reconhecimento da realidade traumática pela sociedade como um todo. Freud, reconhecendo a importância de uma cultura de paz, a impossibilidade de uma humanidade pacificada com o bem, escreveu que tudo aquilo que trabalha pelo desenvolvimento da cultura e para o reconhecimento dos males causados pela guerra trabalha também contra a guerra (Freud, 1976c).

Importa visitar o passado e a história, assumindo responsabilidade por ela, como “Sujeitos” da mesma. A história de Moçambique deve permitir que tanto a Frelimo como a Renamo se revejam nela e que as suas contribuições para o crescimento da Nação moçambicana sejam reconhecidos, os seus heróis sejam os heróis comuns da Nação.¹⁷

Os moçambicanos podem, seguindo métodos indirectos, combater a guerra através da estimulação da actuação de Eros, o antagonista de Tânato, aprofundando os laços emocionais humanos entre todos de acordo com a máxima “ama o teu próximo como a ti mesmo” e motivando a identificação que aproxima os moçambicanos e gera a comunhão, o partilhar do espaço comum que é Moçambique, não só como um espaço físico, mas também um espaço social, económico e político; partilharem e construirão a utopia comum de paz, fraternidade e igualdade de direitos e oportunidades para todos.

Freud escreveu que um possível contributo da psicanálise para a preservação da paz poderia ser “fortalecer o ego, fazê-lo mais independente do super-ego, (...) de maneira a assenhorear-se de novas partes do *Id*.” *Wo es war, soll ich werden* “onde *id* estava, deve estar *ego*” (Freud, 1976a, p. 74) e no caso de guerra ou ameaça de guerra em Moçambique, importa parafrasear Martín-Báro, referindo que a força da razão não deve ser substituída pela razão da força.

¹⁷ Na altura em que escrevia este artigo, ocorreu a morte de Eusébio da Silva Ferreira. Portugueses e cidadãos de outros países dos mais diversos quadrantes da vida desportiva, social, política e económica juntaram-se em luto e mágoa para evocar a vida e obra daquele que foi considerado um grande patriota português, uma “referência da irmandade entre Moçambique e Portugal”, um “génio do esporte”, “rei do futebol português”. Moçambique tem de construir mais Eusébios, não só do desporto, mas também do empreendedorismo, da educação, da saúde e de outras áreas. Estes novos Eusébios serão os novos símbolos da Moçambicanidade, Unidade e Orgulho nacionais.

Freud em 1915 escreveu que, na realidade, os nossos concidadãos não decaíram tanto quanto temíamos porque nunca subiram tanto quanto acreditávamos (Ventura & Seitenfus, 2005).

Será que em Moçambique a Frelimo e a Renamo deitarão a perder os avanços da transição pós-conflito ou irão conseguir torná-los duradouros?

REFERÊNCIAS

- AIM (2013) “Ministério da Defesa confirma presença de homens armados em Homoine”. Disponível em: <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/9130107012014225836.html>. [Acedido a: 26 de Dezembro de 2013].
- ASDI (2007) *Um Perfil das Relações de Género. Edição Actualizada de 2006. Para a Igualdade de Género em Moçambique*. Maputo. Disponível em: www.escola.defeminismo.org/IMG/pdf/Genero_em_Mocambique.pdf [Acedido a: 26 de Dezembro de 2013]
- Bredenkamp, H. (2003) *Thomas Hobbes, Der Leviathan. Das Urbild des modernen Staates und seine Gegenbilder. 1651-2001*. Berlin, Zur Ikonographie des Frontispiz.
- Brito, L. de (2008) “Uma nota sobre voto, abstenção e fraude em Moçambique”. *Discussion Paper n.º 04/2008. Maputo, IESE*.
- Dawes, A. & A. Honwana (1996). “Children, Culture and Mental Health: Interventions in Conditions of War” In: B. Efraime Júnior *et al. Children, War and Persecution – Rebuilding Hope*. Maputo, Rebuilding Hope, pp. 74-82.
- Efraime Jr., B.; & Errante, E. (2010) “Reconstruindo a Esperança na Ilha Josina Machel: Em direcção a um modelo de intervenção psicoterapêutica culturalmente mediado”. In: *TRIEB*, IX (1-2), 203-232. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, Imprinta.
- Enoque, M. (2013) VIII Sessão Ordinária da VII Legislatura, 20 de Dezembro de 2013, Chefe da Bancada Parlamentar da Renamo. Maputo. Parlamento da República.
- Errante, A. (1999) “Peace Work as Grief Work in Mozambique and South Africa: Post-conflict Communities as a Context for Child and Youth Socialization.” *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 5(3), 261-279.
- Freud, S (1987) “Além do princípio do prazer”. In: Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, (vol 18), 2. Edição, Rio de Janeiro, Imago.

- Freud, S (1976a) “Por qué la guerra”? In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* . vol. 21. Buenos Aires, Amorrortu.
- Freud, S(1976b) “Totem e tabu”. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol 13. Buenos Aires, Amorrortu.
- Freud, S. (1976c) “El malestar em la cultura”. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* .vol. 21. Buenos Aires, Amorrortu.
- Fuks, B. (2010) “Por que a Crueldade”? *TRIEB*, vol. IX, (1- 2). 163-180. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, Imprinta.
- Guebuza, E. (2013) *Informação Anual do Chefe de Estado, Armando Guebuza, à Assembleia da República sobre a Situação Geral da Nação*. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.mz/index.php/noticias/654-informacao-anual-do-chefe-de-estado-sua-excelencia-armando-emilio-guebuza-a-assembleia-da-republica-sobre-a-situacao-geral-da-nacao> [Acedido a: 26 de Dezembro de 2013].
- Hanlon, J. (2013) “Frelimo vence em Mocuba”. *Boletim sobre o processo político em Moçambique* n.º EA 52, 23 de Novembro. Maputo, CIP.
- Jimenez, J. (2010) “Sociopolitische gewalt: psychosoziale Strategien und Massnahmen zur Wiedergutmachung – der Fall Chile”. In: *Psyche – Z. Psychoanal.* 64, pp. 336-352, Stuttgart.
- Martín-Baró, I. (1990) “Guerra y salud mental”. In: I. Martín-Baró (ed) *Psicología social de la guerra*. El Salvador, UCA Editores., pp. 23-40.
- Marinho, N. (2005) “Barbárie, terrorismo e Psicanálise”. Disponível em: febrapsi.org.br/publicacoes/artigos/xx_cbp_ney.doc [Acedido a: 02.de Janeiro de 2014]
- O País (2013) “Ministro da Defesa esclarece negócio de navios e miguez”. Disponível em: <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/27433-ministro-da-defesa-esclarece-negocio-de-navios-e-miguez.html>. [Acedido a: 26 de Dezembro de 2013].
- Punamäki, R. L. (1989) “Factors Affecting the Mental Health of Palestinian Children Exposed to Political Violence”. *International Journal of Mental Health*, 18, 63-79.
- Renamo (2011) “Encontro com Guebuza”. Disponível em: <http://www.renamo.org.mz/index.php/79-home-articles/86-starting-up> [Acedido a: 26 de Dezembro de 2013].
- Renamo (2012) “Situação Conflituosa em Nampula”. Disponível em: <http://www.renamo.org.mz/index.php/artigos/jsdocumentation/article/article/2/2> [Acedido a: 26 de Dezembro de 2013].

- Renamo (2013) “Renamo responde a violência por saturação”. Disponível em: <http://www.renamo.org.mz/index.php/noticias/171-renamo-responde-a-violencia-por-saturacao> [Acedido a: 26 de Dezembro de 2013]
- Richman, N. *et al.* (1990) *The Effects of War on Teachers in Mozambique: Preliminary Findings*. Maputo, Mozambique, Ministry of Education. Mimeographed.
- Serra, C. (2009) “48 pessoas numa cela de 8 m2” Disponível em: http://oficinadesociologia.blogspot.com/2009_03_01_archive.html [Acedido a: 26 de Dezembro de 2013].
- UNICEF (1989) *Children on the front line: The impact of apartheid, destabilization, and warfare on children in Southern Africa*. Switzerland, UNICEF.
- Ventura, D. & Seitenfus, R (2005) *Um diálogo entre Einstein e Freud: por que a guerra?* Santa Maria, FADISMA.
- Vines, A. (1991) *Renamo: From Terrorism to Democracy in Mozambique?* York, Center for Southern African Studies, University of York.